

ELIAS E A SOCIEDADE MODERNA: *HABITUS*, FIGURAÇÕES, PODER E PROCESSO*

Eric Dunning**

Em seu instigante e, em minha opinião, importante livro escrito em 1995, *Sociological Theory: What Went Wrong?*, Nicos Mouzelis discute o que chamou de “a crise da Sociologia moderna”, datando a sua origem principalmente nos anos 1960 e 1970. Desde então, o assunto tornou-se – e continua a ser até hoje – algo “imensamente multiparadigmático”, ou pode-se dizer, profundamente dividido sobre fundamentos factuais, epistemológicos, metodológicos e ontológicos. Consequência importante disso é o fato de que os especialistas em diferentes abordagens falavam e falam uns dos outros, interpretam mal os trabalhos uns dos outros e, às vezes, mais ou menos inconscientemente, distorcem seus trabalhos.

Embora a maioria de vocês tenha uma boa ideia sobre o que atualmente os para-

digmas em evidência incluem, creio que será útil para os objetivos deste trabalho resumir o que penso. Mais especificamente, existem hoje muitas posições sobre o assunto: o funcionalismo de várias formas (por exemplo, ‘soft’ = suave e ‘hard’ = duro), várias formas de marxismo, (por exemplo, ‘humanista’, ‘estruturalista’ e ‘gramsciano’), várias formas de feminismo (por exemplo, ‘liberal’, ‘socialista’, ‘marxista’ e ‘culturalista’), juntamente com a teoria weberiana, teoria do conflito, teoria da escolha racional, teoria da ação, o interacionismo simbólico, pós-estruturalismo, pós-modernismo, teoria da estruturação e sociologia figuracional.

Estes dois últimos paradigmas, é claro, são sínteses e têm em comum o fato de que, em ambos os casos, as suas raízes estão,

* tradução de Ademir Gebara- PVNS-Capes-UFGD.

** Professor da University of Leicester. E-mail: ed15@leicester.ac.uk.

parcialmente, na Universidade de Leicester. Mas deixem-me por um momento, tomar um rumo diferente. Nicos Mouzelis estava certíssimo ao falar de uma crise grave existente na Sociologia, nas décadas de 1960 e 1970. No entanto, gostaria de sugerir que as agruras e dificuldades inerentes ao estabelecimento de um equilíbrio fecundo e construtivo, entre conflito e consenso sobre os fundamentos do nosso, profundamente dividido, assunto são muito mais consideráveis e profundos do que o explicitado por Nicos. Mais precisamente, a minha convicção é de que a própria Sociologia nasceu em crise, *nasceu decomposta*, parafraseando Ralf Dahrendorf (1959), em sua descrição da nova classe média nas sociedades capitalistas. Na verdade, esta “crise de decomposição” tornou-se visível muito cedo, quando Auguste Comte denominou este objeto. Seu primeiro termo preferido foi “física social”, que ele usou pela primeira vez em 1822, mas quando um livro pioneiro, escrito pelo estatístico belga Adolphe Quetelet, apareceu em 1835 com o termo *Física Social* no seu subtítulo – o título completo do livro de Quetelet era *On man and the development of human faculties: An essay on Social Physics* –, Comte, enfurecido, cunhou o termo, parte latino, parte grego, *Sociologie*, em uma tentativa de, acima de tudo, salientar o fato de que, na sua opinião, Sociologia teria de ser um assunto mais comparativo e histórico do que estatístico. Em uma palavra, a Sociologia propriamente dita começou com um desentendimento grave e, de fato, uma crise metodológica alojou-se em seu cerne.

Tem relevância para este problema um conjunto de argumentos apresentados pelo sociólogo de Oxford, John H. Goldthorpe, em um livro de ensaios publicado sob o título, *On Sociology: Numbers, Narratives and the Integration of Research and Theory*, no ano de 2000. Goldthorpe, um pós-graduado em História do University College de Londres, que se matriculou, mas nunca completou o doutorado em Sociologia, na London School of Economics, iniciou sua carreira docente como Professor Assistente do Departamento

de Sociologia em Leicester, em 1957. Novamente, outra conexão, Leicester! No entanto, e crucial para o presente texto, isso ocorreu em um momento que Norbert Elias estava lá, e no seu auge, Goldthorpe começou, desde cedo, a discordar da visão de Elias sobre a Sociologia como um processo – e relações – de um objeto orientado. Em 2000, Goldthorpe foi capaz de manifestar a sua oposição, inicialmente argumentando que Quetelet, e não Comte, deveria ser considerado o principal “pai fundador” da Sociologia, isto porque, para justificar o fato de que seu objeto pudesse ser chamado de “ciência”, os sociólogos deveriam dirigir-se para o que Goldthorpe denominava de “a revolução probabilística”, procurando transformar a Sociologia em uma área fundamentalmente estatística. Além disso, Goldthorpe defendia uma variante do que Popper chamou “individualismo metodológico”, a ideia nominalista expressa por Margaret Thatcher, a qual é derivada das leituras de Sir Keith Joseph do *Poverty of Historicism* de Popper (1957) e Hayek *The Road to Serfdom* (1957), que afirmavam “não há nenhuma coisa como sociedade, apenas indivíduos e famílias”.

Além disso, na visão de Goldthorpe, havia elementos da teoria da “ação racional” e “escolha racional” que são recortados de pesquisa baseada em ideias psicológicas e sociológicas do comportamento individual e derivados, ao invés de uma “lógica de inferência” que torna *a ação individual inteligível, colocando-a em um contexto social*. (GOLDTHORPE, 2000, p 293). Tudo isso ajuda, penso eu, a explicar porque, ao longo de sua carreira, Goldthorpe tornou-se preocupado – diria mesmo obcecado – com a medição precisa da mobilidade social, uma preocupação que, no seu caso, indiscutivelmente, conduziu, não na direção da ciência, mas de uma metafísica comparável ao da escolástica medieval, cuja fama é a de debater questões tais como quantos anjos poderiam dançar na cabeça de um alfinete.

Os argumentos de Goldthorpe são, em minha opinião, melhor compreendidos no contexto da evolução geral na Sociologia

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

britânica durante e imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Até essa altura, a “tradição evolucionista” na Sociologia britânica, iniciada pela Hobhouse e Spencer, tendo sido em muitos aspectos compatível com os trabalhos de Comte, foi mantida viva na London School of Economics, praticamente a única instituição na Grã-Bretanha onde a Sociologia teve continuidade naqueles anos através de Morris Ginsberg. Era uma tradição harmônica com a perspectiva sociológica de Elias, como é possível constatar no ensaio intitulado *Recent Trends in Sociology*, que Ginsberg publicou pela primeira vez em 1933 e incluiu em seu livro publicado em 1947. Ali, ele escreveu:

Na vertente histórica e evolucionista da Sociologia, trabalhos recentes têm apresentado algumas distinções. Alfred Weber e Robert Maclver salientam a distinção entre cultura e civilização, e argumentam que a regra de crescimento parece ser radicalmente diferente entre as duas esferas... Com relação ao processo da própria civilização, uma distinção importante é desenhada por Thurnwald entre os processos que são cumulativos e irreversíveis, por exemplo, as descobertas técnicas e aqueles nos quais há necessidade de alternar entre uma série de possibilidades limitadas, por exemplo, as formas de casamento, ou os sistemas de parentesco (GINSBERG, 1956, pp. 120-121).

Alfred Weber foi, é claro, supervisor da *Habilitação* de Elias em Heidelberg, quando o papel de Florença, na transição de formas de pensamento pré-científicas deveria ser o objeto do trabalho de Elias. Ele foi ‘habilitado’ em Frankfurt, em 1933, escrevendo sobre as sociedades de corte tendo Karl Mannheim como seu supervisor. No entanto, o que é interessante notar para o momento é que a distinção cultura/civilização é o primeiro tópico examinado por Elias em *Über den Prozess der Zivilisation*, e que Ginsberg, citando Thurnwald(1932), utilizou o termo “processo de civilização” antes de Elias.

Uma medida da mudança que ocorreu na Sociologia britânica depois da Segunda Guerra Mundial – até o final dos anos 1950

e inícios dos 1960, a Sociologia britânica era praticamente restrita à LSE – é fornecida por uma nota autobiográfica que A. H. (‘Chelly’) Halsey incluiu no prefácio de sua *A History of Sociology in Britain* (2004). Ele escreveu:

A crítica de Popper ao historicismo me impressionou profundamente. A tradição da Hobhouse de procurar as leis do desenvolvimento social, embora nunca tenha sido mencionado explicitamente por Popper, foi colocada sob suspeição, e nos éramos preconceituosos em relação a isso e, convertidos para a versão de Popper de “positivismo”, também, na verdade relutantemente, e parcialmente à engenharia social. Nosso ativismo também nos levou a levantamentos quantitativos. Popper não era, aparentemente, um filósofo, mas um físico interessado nos métodos das ciências sociais. Era a sua transformação da filosofia em problemas metodológicos que nos atraiu – tudo muito abstrato, mas bastante persuasivo (HALSEY, 2004, p. vii).

As notas de rodapé de Popper dão uma boa ideia sobre seus alvos principais em sua crítica ao “historicismo”: Auguste Comte recebeu dezesseis menções, Karl Marx nove, e Karl Mannheim, professor de Elias e um dos fundadores da Sociologia do conhecimento, dez. De Mannheim, a respeito da obra *Man and Society in an Age of Reconstruction*, Popper escreveu: *Este livro é a exposição mais elaborada de um programa holístico e historicista que conheço e, por isso, é o alvo escolhido para críticas* (POPPER, 1957, p. 67). O que eu apreciaria chamar de “ortodoxia popperiana” se tornou dominante na Sociologia britânica na década de 1950 e posteriormente. Considerando que, durante a década de 1930, Ginsberg manteve viva a tradição Hobhouse/Spencer – e era uma tradição, em muitos aspectos, compatível com a de Elias, – isso se tornava, agora, considerado um anátema; e o imigrante recente, Elias, encontrou-se, em grande medida do lado de fora, no frio. Lembro-me de ter ido a uma British Sociological Association Conference com Elias, em Sheffield, em 1962 ou 63. O tema foi “desenvolvimento”. Quando

Elias, na tribuna, expressou seu ponto de vista, foi abafado por um pós-graduado proeminente da LSE que gritou: 'Hobhouse! Hobhouse! Com exceção do historiador Eric Hobsbawm, que se encontrava presente, ninguém parecia reconhecer que, com a sua nova síntese, Elias tinha ido muito além de Hobhouse, Ginsberg e Popper, como tentarei, agora, mostrar. É crucial, neste contexto, ter em mente pelo menos duas coisas: primeiro, que Elias teve que lutar contra os representantes da tradição LSE, em Leicester, especialmente contra Goldthorpe conforme já discuti, mas também, e mais construtivamente, no geral, contra Percy Cohen e Tony Giddens e, em segundo lugar, que uma parte da Sociologia do conhecimento contiana, uma parte marxista, uma parte mannheiniana subjazem em muito do que Elias escreveu. É para propor uma discussão direta sobre quais teriam sido as contribuições sociológicas de Elias, que me volto agora.

Os seguintes aspectos da vida de Elias ajudam a explicar algumas das principais características de sua abordagem sociológica: (i) a experiência na Primeira Guerra Mundial sensibilizou Elias para o papel desempenhado pela violência e pela guerra na existência humana. Serviu no exército do Kaiser, nas frentes oriental e ocidental; e, durante os anos 1920 e 1930, testemunhou diretamente a ascensão do nazismo e suas batalhas de rua com os comunistas. Tais experiências intensificaram, também, sua atenção tanto para os processos 'descivilizadores' como 'civilizadores' – ele descreveu a ascensão dos nazistas como um "colapso de civilização" – e reforçou sua opinião de que "os controles civilizadores" raramente, ou nunca, representam mais do que uma capa relativamente fina ou uma concha. Ele não era, como às vezes é alegado, um "evolucionista" ou "teórico" do desenvolvimento. Sua obra, por assim dizer, não era moralista, mas de difícil compreensão, realista e científica no sentido estrito do termo; (ii) a repetida interrupção de sua carreira por acontecimentos mais amplos – a Primeira Guerra Mundial, a hiperinflação alemã de 1923, a ocupação nazista dez anos

depois, exílio na França e, em seguida, na Grã-Bretanha, seu internamento na Grã-Bretanha como um "estrangeiro inimigo", no início da Segunda Guerra Mundial, nos campos de Huyton, Lancashire e na Ilha de Man – tudo contribuiu para sensibilizar Elias para o jogo do 'individual' e 'social', 'privado' e 'público', 'o micro' e 'macro'. (iii) seus estudos de medicina, bem como filosofia até o nível de doutorado auxiliou-o a problematizar aspectos fundamentais da filosofia ocidental, contribuindo para, com sua ligação à sociologia, fazer aportes originais para o que veio a ser conhecido como "a sociologia do corpo" e "a sociologia das emoções". Que Elias tenha sido um dos pioneiros da sociologia do esporte talvez venha a ser melhor compreendido nesse contexto, mas igualmente relevante é o fato de que ele foi um boxeador amador em sua juventude. Acima de tudo, ele se opunha à dicotomia *corpo-mente*, afirmando que a nossa "mente" é material, sendo funções corporais de nosso cérebro complexo. Tampouco ele partilhou o preconceito comum, talvez particularmente pronunciado nos círculos "intelectuais", de que o desporto é um fenômeno "físico" de valor inferior aos fenômenos relacionados com o domínio da "mente". A teoria dos "processos civilizadores" é geralmente considerada como tendo sido a mais importante contribuição sociológica de Elias, mas ele também fez outras contribuições, em especial com a teoria das relações de grupo *estabelecido-outsider* (1965, 1994).

As características fundamentais da abordagem "figuracional" para a Sociologia da qual Elias foi pioneiro podem ser resumidas da seguinte maneira:

- (i) a convicção comum de que, como o universo é mais amplo, os indivíduos humanos e as sociedades formadas por eles são processos;
- (ii) a ideia de que os processos pelos quais a sociedade passa, que têm ocorrido até hoje, especialmente no longo prazo, são "cegos", no sentido de serem em grande parte as consequências não

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

intencionais do conjunto dos atos individuais. Elias, por vezes, usou a metáfora da história como um trem expresso des-governado, a fim de ilustrar este ponto. Ele alimentava a esperança de que o conhecimento sociológico iria nos ajudar a trazer o trem “da história sob maior controle consciente”. Ele estava plenamente consciente, é claro, de que a sua ênfase na relativa falta de controle contraria o amor-próprio de pessoas que gostam de acreditar que estão sempre no controle;

(iii) a ideia de que as sociedades humanas são compostas por indivíduos que são radicalmente interdependentes uns dos outros. Ou seja, nós nascemos como resultado de um ato interdependente de nossos pais em uma coletividade ou mundo socialmente estruturados – um mundo de interdependências ou figurações –, que nós mesmos não desempenhamos um papel na sua formação e que ocupa uma determinada posição histórico-geográfica, que é uma posição particular no tempo e no espaço;

(iv) que o poder é uma propriedade universal das relações humanas em todos os níveis de integração social que variam de dois grupos de pessoas para a humanidade como um todo. Poder, segundo Elias, é: (a) uma função de laços de interdependência. Seu poder sobre mim é uma consequência do grau de minha dependência de você, (b) uma questão de instabilidade, alterando o equilíbrio ou as proporções, e (c) não explicável apenas por referência a fatores individuais, tais como a propriedade dos meios de produção ou controle dos meios de violência. Elias também levou em conta recursos de energia corporal de indivíduos como força física e intelectual e, recursos de poder estrutural das coletividades como graus de unidade e coesão do grupo.

(v) Elias salientou a necessidade de a Sociologia ter um trânsito constante de duplos sentidos entre teoria e pesquisa.

A teoria sem a pesquisa, segundo ele, é susceptível de ser abstrata e sem sentido; pesquisa sem teoria, de ser árida e descritiva.

(vi) Elias afirmou que os sociólogos deveriam ter como preocupação principal o desenvolvimento e a incorporação de corpos de conhecimento confiáveis. Ele era firmemente contra a intrusão de ideologias políticas, religiosas e outras na investigação sociológica e sugeriu que, em uma parte da investigação, por exemplo, de um objeto como o hooliganismo no futebol – Eu escolhi esse exemplo porque eu despendi muito tempo estudando esse tema –, devemos procurar, em primeiro lugar por meio do que ele chamou de “um desvio por descolamento”, o desenvolvimento de uma “realidade-congruente”, um retrato do que o vandalismo no futebol realmente envolve, e de como e por que é social e psicologicamente gerado. Em seguida, através de um processo do que ele chamou de “envolvimento secundário”, devemos usar o nosso conhecimento da realidade congruente para elaboração de políticas mais realistas e eficazes do que as aplicadas anteriormente para lidar com o problema.

(vii) A teoria de Elias acerca dos “processos civilizadores” constitui o que ele chamou de uma *teoria central, através da qual, uma variedade de fenômenos aparentemente diversos e distintos podem se relacionar*. Deixem-me dar uma breve noção das implicações da teoria de “processos civilizatórios”.

Ao contrário de um equívoco bastante difundido, Elias não utiliza o conceito de *processo civilizador* de uma forma moral ou valorativa. Ele, geralmente, também colocava o termo “civilização” e seus derivados, entre aspas, a fim de assinalar o seguinte. “Processo civilizador” foi, para ele, um termo técnico. Ele não tinha a intenção de sugerir que povos poderiam ser apresentados como tendo um nível mais avançado em um processo civilizatório do que outros, por

exemplo, nós mesmos em relação às populações da Inglaterra feudal, estamos ou somos, em qualquer sentido, “melhor que” ou “moralmente superiores” às pessoas do medievo. Assim, naturalmente, é quase que invariavelmente, como as pessoas que se intitulam “civilizadas” vêem a si mesmas. Mas como Elias costumava perguntar, as pessoas podem felicitar-se quando têm a oportunidade de ser beneficiárias de um processo cego ou não intencional no decorrer do qual elas não deram contribuição pessoal? Dizer isso, claro, não é negar que, assim como tende a ser o caso com os processos sociais mais gerais, não existam vítimas, bem como beneficiários de “processos civilizadores”. Por exemplo, a abolição da pena de morte na Grã-Bretanha, na década de 1950, para todos os crimes exceto traição é geralmente considerada como tendo sido um “desenvolvimento civilizatório”, mas os carrascos / executores foram privados dos seus empregos; e as famílias e amigos das vítimas de assassinato foram privados do que muitas pessoas sentem nessas situações, pois esta é a única forma adequada de lidar com seus sentimentos de raiva e o compreensível desejo de vingança.

A teoria de “processos civilizadores” é, em igual medida, teórica e empírica. Empiricamente, é baseada em um conjunto de evidências, principalmente na mudança de costumes das classes secularmente superiores – os cavaleiros, reis, rainhas, nobres da corte, os políticos e líderes empresariais, mas não, na sua maior parte, no alto clero – entre a Idade Média e os tempos modernos até a Segunda Guerra Mundial. Estes dados indicam que, em grande parte, nas sociedades da Europa Ocidental – o foco principal de Elias estava na França, Alemanha e Inglaterra – a longa duração “cega”, não planejada e não intencional do processo social ocorreu envolvendo outros cinco componentes principais relacionados e interagindo, ou seja: (i) uma elaboração e refinamento das normas sociais; (ii) um aumento da pressão social sobre as pessoas para exercerem mais permanentes autocontroles

sobre seus sentimentos, comportamentos e funções corporais. (iii) uma mudança no equilíbrio entre constrangimentos externos e autorrestrições em favor das autorrestrições; (iv) um aumento nos níveis da personalidade e do *habitus* na importância da “consciência” ou “superego” como um regulador do comportamento. Isto é, normas sociais passaram a ser internalizadas mais profundamente para operar, não simplesmente de forma consciente e como uma possibilidade de escolha, mas também abaixo dos níveis de racionalidade e controle consciente: (v) aumentar o controle sobre a violência e agressão *no interior* das sociedades, embora não como alguma coisa na mesma dimensão das relações interpessoais.

Segundo Elias, esta domesticação de agressão teve lugar, juntamente com um declínio, no longo prazo, da capacidade da maioria das pessoas sentirem prazer em infligir dor aos seus semelhantes e de testemunhar diretamente atos violentos graves. A este propósito, ele se referiu a um amortecimento do *Angriffslust* – literalmente a um amortecimento ou contenção do desejo de ataque: isto é, uma domesticação do desejo consciente das pessoas de obter prazer atacando as outras e vendo-as sofrer, juntamente com uma redução nos níveis de personalidade e *habitus* na sua capacidade de aprender a fazer isso. Tudo isso foi conectado, de acordo com Elias, a um aumento na identificação mútua, ou seja, em simpatia e compreensão recíprocas.

Os termos “violência” e “civilização” tendem a ser popularmente entendidos como antitéticos. No entanto, os processos civilizadores na Europa Ocidental foram vistos por Elias como resultados não programados de lutas violentas pela supremacia entre monarcas e senhores feudais. Essas lutas levaram ao estabelecimento dentro dos Estados nacionais europeus emergentes – em diferentes épocas e em diferentes formas – dos relativamente estáveis e eficazes monopólios estatais da violência e da tributação, o melhor meio de governar sociedades que se colocam acima do nível tribal.

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

Esses estados-nação modernos se formaram, em grande parte, para a guerra, mas sua violência e monopólios fiscais ajudaram seus governantes centrais, não apenas em relação a ataques externos e de defesa, a também no que diz respeito à pacificação interna. Como se tornaram mais pacificados internamente, a personalidade e a estrutura do *habitus* da maioria do seu povo se tornaram mais tranquilas e isso se refletiu, entre outras coisas, naquilo que começou por volta do século XVIII a ser conhecido como “esportes”. A evidência sugere que esse desenvolvimento específico de terminologia, *habitus* e instituições de lazer começaram a ocorrer em primeiro lugar na Inglaterra.

Resumindo e correndo o risco de alguma simplificação, pode-se expressar a teoria de Elias, dizendo que ele fundamentou o processo civilizador, basicamente, como uma consequência de cinco processos interdependentes e interativos: (i) formação do estado; (ii) pacificação sob controle estatal; (iii) a crescente diferenciação social e ampliação das cadeias de interdependência; (iv) a crescente igualdade de oportunidades de poder entre as classes sociais, homens e mulheres, e gerações velhas e novas; (v) aumento da riqueza.

Elias também mostrou como, no decorso do processo civilizador, as lutas visivelmente violentas, objetivando *status*, riqueza e poder, tendem a ser transformadas em lutas relativamente pacíficas, em que, no desenvolvimento mais frequente dos eventos e, para a maioria das pessoas, impulsos destrutivos são mantidos, em sua maior parte, abaixo do limiar da consciência, e não se traduzem em ação ostensiva. Lutas por *status* deste tipo parecem ter desempenhado um papel importante no desenvolvimento divergente nas formas de futebol: rugby e soccer. (Dunning e Sheard, 1979, 2005).

Criticando e testando Elias

Provavelmente, é correto afirmar que a Sociologia é caracterizada na atualidade, especialmente no Reino Unido, pela predominância do que se poderia chamar de uma

cultura de debate e crítica sobre uma cultura de pesquisa e prova. Tal situação parece ter surgido junto com a ascensão da proeminência do social, como oposto ao sociológico, à teoria, e às várias vertentes do que veio a ser conhecido como “estudos culturais”. Norbert Elias, é claro, era totalmente a favor da discussão e da crítica, mas ele sempre insistiu que elas devem estar de mãos dadas com as pesquisas e as provas e, de fato, a elas se subordinarem.

Ao sublinhar a necessidade de testar conceitos sociológicos e teorias, Elias não apoiou o que tem sido erroneamente chamado de visão “positivista” do objeto. Ele tomou o que se poderia chamar de uma visão “católica” de métodos e discutiu “metodologia” – a ideia de uma ciência do método – como criação dos filósofos. Ao contrário, ele insistiu na necessidade do que ele chamou de um “constante tráfico em duas vias” entre pesquisa e teoria. Uma consequência disso é que seus conceitos e teorias, como as das ciências naturais, são permeadas mais pela observação factual e, portanto, são menos abstratos do que tem acontecido frequentemente na Sociologia. Muito do trabalho de Talcot Parsons vem imediatamente à mente como um exemplo de teorização abstrata.

A dependência dos dados, conceitos e teorias em Elias tem desempenhado um papel, fazendo com que, por vezes, sejam descritos como construções “não-explicativas”, puramente descritivas. Atuando na mesma direção está o fato de que ele argumentou contra a adequação causal, fator e lei como explicações em nível humano-social de integração. Tais explicações podem ser adequadas, segundo Elias, no que tange a mudanças estruturais relativamente simples e lentas de alterações no nível físico e químico do universo observável. Na mais complexa e rápida evolução biológica e nos níveis social e humano, pelo contrário, são necessárias explicações sobre “estrutura e processo”. A teoria de Darwin da evolução biológica é um exemplo. Outro são as teorias de Elias de processos civilizadores e formação dos Estados. (Elias, 1974, 1978, 2000).

A insistência de Elias a respeito de submeter a testes os seus conceitos e teorias parece ser contraposta por um julgamento generalizado em contrário. Por exemplo, Dennis Smith argumentou em 1984 que a teoria do processo civilizador é “irrefutável” (Smith, 1984). Tal argumento foi repetido por Edmund Leach, o antropólogo, dois anos mais tarde, quando ele sugeriu que a teoria é “impermeável à experimentação” (Leach, 1986). Outro antropólogo, Gary Armstrong, da mesma forma escreveu, em 1998, que a teoria de Elias “é uma fusão de generalizações testáveis e descritivas” (ARMSTRONG, 1998, p. 317), e o pós-moderno de outrora, Richard Giulianotti, chegou, em 1999, a alegar que Elias introduziu o conceito de “jatos descivilizadores justamente para rebater... contraprovas” (GIULIANOTTI, 1999, p. 45).

É fácil mostrar que esses tipos de argumentos são errados e construídos para uso próprio. Eles são autoconstruídos, porque envolvem espantinhos de conceitos e teorias eliasianos, são teorias construídas para sustentar alegações exageradas do quanto os trabalhos desses autores são realmente importantes. Eles estão errados porque a teoria de Elias foi construída, desde o início, sobre processos “descivilizadores” bem como de processos “civilizadores”. (Veja, por exemplo, sua discussão sobre “feudalização” (Elias, 2000). Também é testável em uma variedade de níveis e de diferentes maneiras. Aqui estão alguns exemplos ilustrativos. Stephen Mennell (1985) uma tentativa de teste limitada da teoria através de um estudo comparativo do desenvolvimento do gosto e da comida na Inglaterra e na França. Mais tarde, engajados em uma tarefa maior de testes, modificando e ampliando-os com referência à história e ao desenvolvimento social dos Estados Unidos (Mennell, 2007). Uma estratégia semelhante para testar e estender a teoria pode ser encontrada em (Arnason’s, 2002), escrita sobre o Japão, Stauth em Singapura (1997), Spier no Peru (1994), Puericultura sobre os Inuites (1994), e Kuzmics’s e Axtmann na Áustria e na Inglaterra (2000). Instâncias de testes que se estendem no

contexto da História da Europa são numerosos demais para mencionar. Um primeiro exemplo é fornecido pela tentativa de Elias e Dunning (1986) de testar a teoria em uma esfera limitada através de seus estudos sobre o desenvolvimento do esporte (Veja também Dunning et al, 2000). Claro que, como progenitor da teoria e um de seus alunos, pode-se argumentar que Elias e Dunning não teriam tido interesse na busca de casos em desconformidade, como seria com um defensor de uma teoria rival. No entanto, tentamos buscar evidências com uma mente aberta e não sabíamos, antes destas investigações, que os nossos resultados seriam bastante coerentes com a teoria. Outros testes foram realizados por Goudsblom (1992) em relação ao controle humano do fogo; Hughes (1996, 2002), sobre o desenvolvimento do hábito de fumar; Wouters (1977, 1986, 1987, 1990, 1991, 1995, 1999); sobre informalização; Van Vree (s.d.) sobre reuniões; Waddington (2000), Waddington e Murphy (1992) sobre o desporto e as drogas, e Maguire (1999), sobre a globalização do esporte.

Objetivando uma avaliação mais adequada, mais testes da teoria de Elias terão de distinguir entre dois aspectos: suas conclusões sobre a direção geral do processo civilizador europeu, e suas conclusões a respeito de sua sociogênese e psicogênese. Quanto à questão do sentido, a teoria de Elias seria refutada se fosse possível demonstrar empiricamente que a tendência geral na Europa, durante o período que ele considerou – aproximadamente a partir da Idade Média até os vinte e tantos anos após a Primeira Guerra Mundial – foi em uma direção descivilizadora na Grã-Bretanha e França. Ele começou a rastrear o desenvolvimento civilizatório da Alemanha, em *Über den Prozess der Zivilisation* (1939) e realizou uma análise consideravelmente mais aprofundada em *Studien über die Deutschen* (1989). Os desenvolvimentos descivilizatórios na Grã-Bretanha e França, desde aquele tempo, não poderiam refutar a teoria ou exigir que ela fosse substancialmente revista,

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

a menos que pudesse ser demonstrado que ocorreram como resultado de mudanças que, na teorização de Elias, pudesse produzir consequências de um tipo civilizador. Em outras palavras, a demonstração da ocorrência, na Europa Ocidental, de maiores ou menores mudanças descivilizadoras durante e após a Segunda Guerra Mundial não poderia, *ipso facto*, constituir uma refutação a Elias.

Isso me leva ao segundo aspecto. Para testar a teorização de Elias sobre a sociogênese e a psicogênese do processo civilizador europeu, devemos atentar para a maneira como Elias teorizou as complexas interrelações, por um lado, dos desenvolvimentos *sociais estruturais*, tais como formação do Estado, pacificação sob o controle do Estado, crescimento do comércio, da riqueza e da monetarização das relações sociais, alongamento das cadeias de interdependência e da democratização funcional, e sobre os outros desenvolvimentos, normativos e comportamentais ao nível dos costumes e *habitus*. A atenção terá de se voltar, a este respeito, para o equilíbrio das semelhanças e diferenças nos processos do desenvolvimento das áreas de cultura, nações, classes, regiões, as minorias étnicas, etc. Em suma, o objetivo deve ser sempre empurrar o nível de conhecimento e compreensão para além do que foi legado por Elias. Esta investigação deve envolver setores até agora não explicados (geográficos, culturais, históricos e áreas de problemas e desenvolvimento), e, se necessário, agregar novos conceitos e proposições explicativas.

Apenas uma questão ainda deve ser discutida no contexto deste trabalho. Uma crítica recorrente a Elias e sua “escola” tem sido, ao longo dos anos, a de que somos, na verdade, uma “seita” com um “culto” a Elias, como figura carismática, e também ao seu trabalho, ao invés de fazer a crítica e testá-lo. Pode haver, naturalmente, alguns “eliasianos” cujo comportamento é, por vezes, sectarístico, assim como há sectarismo desta mesma maneira, em relação aos marxistas, parsonianos e foucaultianos. A meu ver, no entanto, este tipo de crítica deriva, pelo me-

nos em parte, da recusa do que poderia ser chamado de “núcleo eliasiano” em aceitar as interpretações manifestamente falsas de Elias tais como aquelas onde ele seria um ‘evolucionista’ ou teórico do ‘desenvolvimento’ (Giddens, 1984; Horne e Jay, 1987; Williams, 1991) ou que a teoria do processo civilizador seria simplesmente uma variante das teorias da “modernização” (Smith, 2001). Adicione-se a isso o fato de que o ‘núcleo eliasiano’ tem avançado regularmente nas críticas a aspectos do trabalho de Elias enquanto que, no geral, existe credibilidade na obra de Elias e, na minha compreensão, essa constitui a descoberta pela qual ele se empenhou. Ele cometeu, ocasionalmente, pequenos erros conceituais e factuais. Permitam-me concluir, listando alguns em relação aos quais tenho avançado.

Comecei a desenvolver uma crítica a Elias logo em 1968-1969, quando argumentei que deveria ter sido dada maior atenção, em 1969 e 1972 aos nossos textos: *The Quest for Excitement in Leisure e Leisure in the Sparetime Spectrum* (ambos reimpressos em Elias e Dunning, 1986) em relação às questões de identidade e de identificação porque o envolvimento do ego e as identificações significativas são essenciais ao despertar da emoção prazerosa no contexto de eventos desportivos e de lazer. Ou seja, para a excitação emocional, para o “mecanismo da paixão de alguém ser envolvido”, alguém tem de se esmerar (ver também Dunning, 1999). Mais tarde, eu sugeri que, no processo de civilização, Elias operara com um conceito de violência que é muito genérico e indiferenciado e que ele falhara em reconhecer que, implícita em sua obra, está a formulação de um *continuum* que vai de um sentimento altamente afetado, ou violência expressiva em um polo, para a violência de um tipo mais frio, mais racional e instrumental em outro (Elias e Dunning, 1986). No *Sport Matters* (1999), também critiquei a discussão de Elias sobre o desporto como um contrário das “tensões de *stress*”, argumentando que ele tinha deliberadamente arquivado a es-

pinhosa questão, que, em nosso trabalho anterior conjunto, já aparecia, porque um nível demasiado elevado de *stress* afeta negativamente o desempenho desportivo (Dunning, 1999). Finalmente, em nossa redação conjunta, *On the balance between 'civilizing' and 'de-civilizing' trends in the social development of western Europe: Elias on germany, nazism and holocaust* (1998), Stephen Menell e eu concordamos com a avaliação do sociólogo figuracional austríaco, Helmut Kuzmics, quando ele sugeriu que o estudo de Elias sobre os alemães: "Em alguns aspectos, a interpretação de Elias parece ser tendenciosa – prússia-cêntrica, 'Kleindeutsch' e protestante." (KUZMICS,

1994, pp. 11-12). Menell e eu acrescentamos, e com esta questão devo encerrar.

Tal julgamento é plausível e digno de mais investigação. Ele pode ajudar a explicar lacunas na obra de Elias, como sua falha em buscar explicação para fatos, como o do Partido Nazista, originado em Munique, ter como seu líder um austríaco. A plausibilidade do julgamento de Kuzmics é, em nossa opinião, reforçada pelo fato de que se baseia no conhecimento profundo da História alemã, do desenvolvimento social e de fontes relevantes. Ele se desenvolve, por assim dizer, fora de pesquisas originais e não é expressão de um "ajuste rápido" essencialmente filosófico / ideológico... (Dunning e Menell, 1998).

Elias e a sociedade moderna: *habitus*, figurações, poder e processo

Eric Dunning

Referências bibliográficas

DUNNING, Eric; MENELL, Stephen. On the balance between 'civilizing' and 'de-civilizing' trends in the social development of western Europe: Elias on germany, nazism and holocaust . London. *British Journal of Sociology*, 49(3), 1998.

ELIAS, Norbert; DUNNING, Eric. *Quest for excitement: sport and leisure the civilizing process*. Oxford: Blackwell, 1986.

GOLDTHORPE, John H. *On Sociology: numbers, narratives and the integration of research and theory*. London, 2000.

GOUDSBLON, Johan; MENELL, Stephen. *The Norbert Elias reader: a biographical selection*. Oxford: Blackwell Publishers. 1998.